

A Carga dos Impostos

Dr. Eng. Hermínio Duarte-Ramos

A discussão cultural não esmorece em Portugal. Tem contornos variados. Mas não há dúvida que foi o IVA a despoletar o seu estrondo. Muitos gostariam de protestar com os impostos 5% sobre livros, jornais e revistas. Não o fazem para desligarem a cultura da economia. Nós temos razões para fazer esta ligação.

Para alguma coisa serve manter ligações associativas, no nosso caso à AIND. Será um modo de fortalecer a conjugação de esforços, reunião de atitudes e aglomeração de sinergias (como agora profusamente se diz), mesmo que os resultados práticos contra as práticas governamentais sejam esmagados pelo poder (no sentido de "quero, posso e mando", independentemente de quem sofre esse "mando", que em democracia o "quero" deve permanecer livre e o "posso" está legitimado). É o caso do protesto comum dos meios de comunicação social contra a recente aplicação da taxa de 5% aos livros, jornais e revistas.

Os protestos personificados e institucionais de nada serviram. As decisões comunitárias apenas tornam obrigatória a aplicação do IVA a partir de 1997, mas o governo português decidiu harmonizar as taxas cinco anos antes desse prazo. Num país empenhado a recuperar o atraso do desenvolvimento, conseqüente de razões que não importa aqui reflectir mas que têm muito a ver com os deficientes incentivos à formação pela leitura, não pode deixar de constituir um rude golpe nas esperanças (ilusões?) dos mais dedicados às causas culturais. Por isso, não resistimos a destacar a notícia que a AIND expressamente nos enviou em devido tempo, com pedido de publicação. Como segue.

Por decisão do Governo, os jornais e revistas passam a pagar IVA à taxa de 5% a partir de 24 de Março, o que se repercute nos preços de venda ao público. Embora pudesse manter a taxa zero até Dezembro de 1996, o Governo português resolveu, no País que menos lê na Europa, taxar a cultura, obrigando assim os editores a pagarem directamente o IVA ou a fazê-lo repercutir sobre os preços de capa. Face à crise do sector, os editores não podem deixar de aumentar os preços de capa das suas publicações.

De facto, os leitores da revista ELECTRICIDADE vêem agora o custo da Assinatura anual aumentar, como aliás aconteceu com a imprensa em geral. O peso que temos sobre os ombros, com a produção mensal de um documento digno e prestigiante sobre a historicidade da Engenharia neste Portugal que se quer cada vez mais europeu e universalizante, acaba de ser agravado em 5%. Que podemos fazer senão protestar contra esta sobrecarga que apenas vai aliviar o desaforo governativo?

Senhores, é demais! Passeiem-se por onde quizerem, mas não obriguem quem se quer cultivar a custear essas

deslocações. Pois já mal nos deslocamos, tamanha a carga que nos oprime.

Dados os inexistentes apoios à publicação de literatura tecnológica decidimos publicar livros técnicos à nossa custa, retirando das magras economias pessoais o excedente possível (que bem poderíamos usar a belo prazer, como fazem os demais governantes preocupados em arrecadar impostos). Ora é sobre este esforço que vem agora o Estado cobrar 5%. Corresponde isto a um incentivo à publicação de livros?

Pensem bem, senhores governantes. Olhem para o País real, aquele que temos, e não para o que gostariam (gostaríamos) de ter. Bem nos agradaria participar mais activamente (em termos financeiros) na construção da modernização infraestrutural de Portugal (obviamente, através de impostos). Mas não aviltemos o presente, para não se comprometer o futuro. Quando a corda estica muito, haverá um momento em que se parte. A História ensina esta ligação. A Ciência demonstra-a. E a Tecnologia comprova-a.

É que se apresenta muito chocante, para além de sermos um País que pouco lê e onde não surgem políticas de incentivos à formação pela leitura, o facto de outros países comunitários, entre os mais desenvolvidos, não terem tido semelhante atitude de sobrecarga sobre os compradores de livros e revistas. A taxa zero continua a existir no Reino Unido, Irlanda e Itália.

Entre nós é certo que palavras leva-as o vento. Mas o que fica escrito permanece na memória do tempo. "As obras literárias e artísticas não podem equiparar-se às mercadorias", disse Jacques Delors a propósito desta controvérsia dos impostos sobre a cultura. Só que os legisladores medem tudo pela mesma bitola e os beneficiados, quando podem, não regateiam os benefícios, mesmo concedidos incoerentemente.

Será oportuno recordar aos políticos da governação que se "querem, podem e mandam" também podem "não querer", evitando portanto mandar praticar medidas em harmonia com os grandes ideais da sociedade que construímos. Não percebemos como se pode ir buscar dinheiro aos esforços individuais de formação cultural, nomeadamente científica e tecnológica. Principalmente numa sociedade tão atrasada, em termos globais, como aquela em que vivemos. Mesmo que se exprima pelos aparentemente insignificantes "cinco por cento" de cada um e de vez em quando. ■